

CONGRESSO

Gleisi ataca e Pacheco rebate

Petista acusa senador de servir à extrema-direita ao pautar limites para o STF. Crítica é simplista, responde parlamentar

» EVANDRO ÉBOLI

A tramitação, no plenário do Senado, da emenda constitucional que limita decisões do monocráticas no Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem com um desentendimento entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR). Ao comentar a decisão de Pacheco em pautar a emenda constitucional, a deputada federal acusou o senador de estar “fazendo um serviço para a extrema direita”.

O presidente do Senado anunciou a sessão de ontem no plenário como a primeira das cinco necessárias para a PEC ir à votação. Para o projeto ser aprovado são necessários pelo menos 49 votos — dos 81 senadores — e votações em primeiro e segundo turnos. Depois, se aprovada, a PEC segue para a Câmara. No Senado, a expectativa é que a proposta seja votada na semana do 8 de novembro.

Gleisi disse que a inclusão do tema na pauta se deu de “maneira açodada” e que parece ser uma “retaliação que diminui o Senado”. Mais tarde, em uma rede social, a presidente do PT subiu o tom: “Infelizmente, o senador Rodrigo Pacheco está fazendo um serviço para a extrema direita”.

“Um grande mal”

No início da noite, Pacheco deu o troco. Em uma nota de nove linhas, rebateu a petista, sem citá-la expressamente. O presidente do Congresso afirmou que o debate provocado por Gleisi é simplista e que não há atropelo na apreciação da PEC.

“Tenho uma trajetória marcada pelo respeito às divergências. Mas tentar rotular uma proposta legislativa como de direita ou de esquerda para desqualificá-la, além de simplista, é um erro. Esse é o grande mal recente da história nacional que venho combatendo, pois esse tipo de argumento retroalimenta a polarização, que só interessa a alguns (os extremistas)”, afirmou Pacheco na nota.

O congressista também afirmou que essa proposta tramita desde 2021 e que está na pauta na forma regimental e que ficará

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ante os ataques da presidente do PT, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, emitiu nota: alimentar polarização só interessa a extremistas

Integrantes de CPMI entregam relatório

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 8 de janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), entregou ontem o parecer final do colegiado ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Controladoria-Geral da União (CGU). Acompanhada de outros parlamentares, ela repassou o documento ao ministro do Supremo Alexandre de Moraes. Na PGR, Eliziane mostrou-se otimista. “Saímos daqui com a convicção de que poderá haver denúncia do Ministério Público a partir dos 61 indiciamentos”, disse.

pelo tempo que for necessário. “Não há pressa, nem atropelo. Ela serve para aprimorar a Justiça”, finalizou Pacheco.

O autor da proposta é o

senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). Em entrevista ao **Correio**, o senador, perguntado se estava muito, pouco ou nada otimista em relação a aprovação

do projeto, respondeu: “Estou otimista”.

A emenda foi apresentada em 2021 pelo senador paranaense. Oriovisto contou que não foi

estimulado ou teve a inspiração em ação específica de um ou outro ministro do tribunal, mas pelo uso que entende abusivo desse instrumento. “Essa PEC é até

DIPLOMACIA

Vieira eleva o tom contra Israel na ONU

» HENRIQUE LESSA

O Brasil subiu o tom nas críticas a Israel e cobrou a responsabilidade do país na ajuda humanitária durante a reunião de ontem do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que discutiu o conflito entre Israel e o Hamas. “Como potência ocupante, Israel tem a

obrigação legal e moral de proteger a população local ao abrigo do direito humanitário internacional”, disse o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que presidia a sessão na sede da ONU, em Nova York.

“É preciso ter o mínimo de humanidade no meio da insanidade da guerra, o presidente Lula ressalta que estamos lidando tanto com

uma crise de reféns como uma crise humanitária. Os atos de terrorismo perpetrados contra civis resultaram em mais de 1 mil mortos, centenas de sequestrado, incluindo 3 brasileiros que foram mortos, vítimas dos ataques do Hamas. Mas não podemos tolerar também a perda de mais de 2 mil crianças palestinas”, ressaltou o ministro.

O Brasil está na presidência temporária do colegiado até o fim de outubro. A reunião de ontem foi de alto nível, com a maioria dos países representados pelos seus ministros de relações exteriores, o que mostra

a importância do encontro. “Nós seremos julgados pelas futuras gerações e culpados por não agir, seguirmos focando em nossos desentendimentos, não nos ajudará a resolver essa crise humanitária”, alertou Vieira ao criticar o imobilismo do Conselho que, na última semana, rejeitou uma proposta de resolução brasileira que cobrava uma trégua para a constituição de um corredor humanitário.

Para Vieira, o conflito atual tomou níveis inéditos. “Estamos testemunhando níveis de violência sem precedentes na região. Desde o dia 7 de outubro,

mais de 5 mil vidas foram perdidas de ambos os lados e mais de 1 milhão de pessoas fugiram das suas casas na Faixa de Gaza”, disse o chanceler brasileiro. Em sua mensagem, o ministro citando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Quero citar o presidente Lula em seu apelo à razão, o Hamas precisa libertar as crianças israelenses que foram sequestradas de suas famílias e Israel deve parar com o bombardeamento para que crianças e suas mães possam deixar Gaza pela fronteira com o Egito”, disse.

O chanceler brasileiro

também apontou que a escalada da violência na ação israelense em Gaza é inadmissível e ressaltou a importância do Conselho na solução da crise humanitária.

Vieira apontou que o conflito atual se iniciou há 75 anos e citou como algumas das causas a “opressão, a desigualdade e a violação dos direitos humanos”.

Pela manhã, no programa *Conversa com o Presidente*, o presidente Lula disse que a ONU não vem conseguindo influenciar o conflito do Oriente Médio porque “está enfraquecida”.



ALEXANDRE GARCIA

INSEGURANÇA FUNDIÁRIA É INSEGURANÇA SOCIAL. A QUESTÃO É DELICADÍSSIMA. SEMPRE FOI MOTIVO DE CONFLITO. A CONSTITUIÇÃO ESTABELECEU A PACIFICAÇÃO COM UM MARCO. AGORA, RECRIA-SE A POSSIBILIDADE DE CONFLITO FUNDIÁRIO, NUM PAÍS COM TERRA ABUNDANTE PARA TODOS

O veto e o conflito

A Frente da Agropecuária decidiu derrubar os vetos do Presidente ao Projeto de Lei que regulamenta o marco temporal e trata de terras indígenas, A Frente tem votos para isso, mas o Supremo pode derrubar a derrubada do veto. O presidente da República vetou a essência do projeto-de-lei aprovado pela Câmara e pelo Senado. O projeto reage à decisão do Supremo que considera inconstitucional parte do artigo 321 da Constituição. Os constituintes, eleitos pelo povo para fazer uma Constituição,

trabalharam 20 meses e estabeleceram que “são reconhecidos aos índios...os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Como aprendemos no ensino básico, ocupam está no presente do indicativo, portanto, são as terras que ocupam no dia da promulgação da Constituição. Se quisessem diferente, os constituintes escreveriam “que tenham ocupado” ou “que vierem a ocupar”. Chamou-se aquela data —5/10/1988 — de marco temporal.

A intenção dos constituintes era de

decidir conflitos de terra com base na situação naquela data, estabelecendo-se uma segurança jurídica e sua consequente paz no campo. Essa intenção foi derrubada pelo Supremo e reerguida pelo projeto de lei que foi vetado pelo presidente. O efeito agora é o oposto do pretendido pelos constituintes de 1988: insegurança fundiária e risco de conflitos por todo o país. Não aprendemos com o passado. Domingo fez 111 anos que começou a Guerra do Contestado, em Santa Catarina e Paraná. 8 mil brasileiros mortos. Causa: insegurança fundiária. Senadores, perguntem ao seu colega Esperidião Amin o que aconteceu por lá.

Para derrubar veto, é preciso maioria

absoluta, isto é, metade mais um da Câmara (257 votos) e do Senado (41 votos). A Frente da Agropecuária conta com 303 deputados e 51 senadores, mas os perdedores podem recorrer ao Supremo. Em 2015, Dilma vetou a lei do comprovante impresso do voto, mas 368 deputados e 56 senadores — 71% do Congresso — derrubaram o veto. No entanto, numa ação de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria da República, o Supremo derrubou a decisão do Congresso reafirmada por 424 dos 594 congressistas. A Constituição põe o Legislativo em primeiro lugar, coerente com o fato de que o poder emana do povo, que o exerce por seus representantes.

Agora o Congresso tem, de novo, votos para derrubar o veto. Mas já vimos o poder que emana do povo sendo anulado pelo Supremo.

Insegurança fundiária é insegurança social. A questão é delicadíssima. Sempre foi motivo de conflito. A Constituição estabeleceu a pacificação com um marco. Que eliminaria os motivos para agitação no campo. Agora, como se não bastassem os conflitos que agitam a Amazônia e o Rio de Janeiro, recria-se a possibilidade de conflito fundiário, num país com terra abundante para todos. A racionalidade, a percepção do país real, deveriam se sobrepor às meações ideológicas. A irracionalidade aposta no conflito.